

Apesar de redução, mais de um adolescente assassinado por dia no Ceará no ano do 31º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente

Estamos no 31º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), celebrado no dia 13 de julho. Antes de tudo, é preciso celebrar, sim, que a partir de um grande marco para a democracia no Brasil, a Constituição de 1988, tenha-se chegado à criação e vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 /1990). É resultado de muita luta e de um contínuo enfrentamento aos ataques do conservadorismo, tão agravados nos últimos cinco anos, ataques que, lamentavelmente, contam com a participação direta de ocupantes do poder público, contribuindo fortemente para ampliar no meio social a adesão ao reacionarismo

A resistência ao obscurantismo e ao retrocesso de tantas conquistas e avanços no campo dos direitos humanos para a infância e a adolescência encontra forças a cada dia em que se torna possível usar os instrumentos legais para garantir o acesso a políticas públicas que protejam o direito à vida de meninas e meninos no Brasil, como prioridade absoluta. Entretanto, a cada dia também nos deparamos com uma série de ofensivas a esse direito fundamental, que é o princípio e o fim de tantos outros direitos, categoricamente violados ao longo dos tempos, mesmo sob a vigência do ECA.

Uma série histórica de monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ceará mostra que a vitimização de adolescentes deu um salto em 2014 e se mantém alta desde então, com um total de 5.585 meninas e meninos de 10 a 19 anos mortos no estado, entre 2014 e junho de 2021, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Mesmo com uma redução de 35,45% em relação ao mesmo período do ano passado, os seis primeiros meses de 2021 tiveram o registro de 264 adolescentes assassinados, mais de um por dia - precisamente, 1,4 homicídio nesse grupo etário, em média.

Esta nota técnica dedica-se à análise do monitoramento de CVLIs contra adolescentes no primeiro semestre de 2021, no Ceará e na capital, Fortaleza, e da execução orçamentária de políticas

públicas estaduais e municipais que visam a assegurar direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como a proteção integral de crianças e adolescentes.

Tais políticas, com destaque para as áreas de assistência social, educação, cultura para juventude e segurança pública, que precisam ser implementadas em determinado período de tempo de acordo com os recursos destinados a elas, não têm sido cumpridas dentro da execução orçamentária prevista em lei. Tal contexto, analisado em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará (Cedeca/CE), apresenta-se como fator crucial para a manutenção da vida e circunstância de morte de adolescentes, de acordo com indicadores de evidências de homicídios traçados em pesquisas do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa do Ceará.

Do cenário atual, que inspira estratégias e redes de cuidado com medidas urgentes para proteção da vida de todos, em especial a de crianças e adolescentes, nascem e se reinventam propostas de ações concretas que apontam horizontes mais esperançosos para as políticas de estado, como o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), o Plano de Ação do Comitê Executivo Municipal de Prevenção aos Homicídios na Adolescência (CEMPHA) e o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Fortaleza.



No Ceará, mais de um adolescente morto por dia no primeiro semestre

Nos seis primeiros meses de 2021 no Ceará, 264 adolescentes de 10 a 19 anos foram vítimas da violência letal. A cada um dos 181 dias entre janeiro e junho, mais de um adolescente perdeu a vida, deixando família, amigos, sonhos e projetos interrompidos.

Os adolescentes assassinados representam 16,51% do total de vítimas de CVLI registrado no Ceará nesse período, que foi de 1.599 casos. En-

tre a população geral, a redução de homicídios foi de 28,78% em comparação com o 1º semestre de 2020, mas foram 8,83 mortes diárias, em média. Entre adolescentes, a redução de mortes foi maior no mesmo período, 35,45%, mas ainda assim, uma média de 1,46 morreu violentamente por dia.

Pessoas do sexo masculino ainda são a maioria de vítimas entre população geral e adolescentes, sendo 90,68% para o primeiro grupo e 86,74% para o segundo grupo. Entre os adolescentes, em média, quase nove (8,48) homens de 10 a 19 anos são assassinados por semana no Ceará, e mais de uma (1,30) mulher perde sua vida no mesmo período.

Tabela 1: CVLIs no Ceará e em Fortaleza no 1º semestre de 2021 (até 30/06)

Local	Segmento	Casos	do total	Média por semana	Média por dia
Ceará	Pop. Geral	1599		59,22	8,83
Ceará	Adolescentes	264	16,51%	9,78	1,46
Ceará	Homens	1450	90,68%	53,70	8,01
Ceará	Mulheres	149	9,32%	5,52	0,82
Ceará	Meninos	229	86,74%	8,48	1,27
Ceará	Meninas	35	13,26%	1,30	0,19
Fortaleza	Pop. Geral	446		16,52	2,46
Fortaleza	Adolescentes	80	17,94%	2,96	0,44
Fortaleza	Homens	405	90,81%	15,00	2,24
Fortaleza	Mulheres	41	9,19%	1,52	0,23
Fortaleza	Meninos	72	90,00%	2,67	0,40
Fortaleza	Meninas	8	10,00%	0,30	0,04

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

Cabe ainda registrar o período de comparação com o ano passado, cujo mês de fevereiro foi marcado pela paralisação de agentes de segurança que fez disparar os casos de CVLI no estado. Em notas técnicas do Comitê, produzidas anteriormente e publicadas em nosso site, o episódio representou um aumento de 20% do total de homicídios registrados no Brasil, comparado ao mesmo período de 2019, segundo o Monitor da Violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo / Portal de notícias G1).

Maior investimento estadual em segurança pública que em assistência social

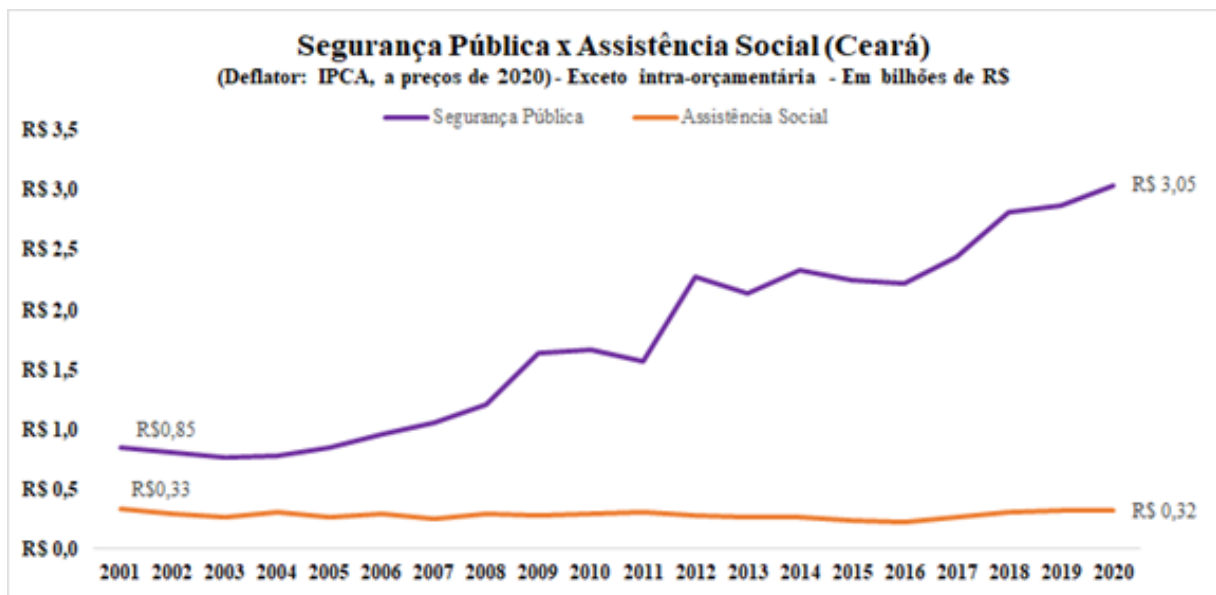
Apesar dos questionamentos e denúncias apresentadas sobre situações de insalubridade e má remuneração, colocados como alguns dos motivos para paralisação da categoria de agentes de segurança pública no Ceará em fevereiro de 2020, a área em questão é a que mais recebe investimento do Governo do Estado.

O monitoramento da execução orçamentária, realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará (Cedeca/CE), permitiu uma análise comparativa entre o orçamento destinado à segurança pública e o de políticas de assistência social. Os números revelam quais têm sido as prioridades das gestões estaduais no enfrentamento da violência e das vulnerabilidades sociais do estado, ainda que se invistam em programas imprescindíveis como o Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV), o Programa Estadual de Proteção Provisória a Pessoas Ameaçadas (PROVITA) e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), da

Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.

No período de 2001 a 2020, as políticas de assistência social tiveram seus gastos reduzidos. O investimento em assistência social passou de R\$ 328,9 milhões em 2001 para R\$ 316,8 milhões em 2020. Importante ressaltar que, conforme o Gráfico 1, houve pouca variação desse gasto ao longo da série histórica. Em contrapartida, neste mesmo período, o gasto com segurança pública teve uma elevação de 258,1%, passando de R\$ 850,1 milhões em 2001 para R\$ 3,0 bilhões em 2020, sendo parte expressiva desse recurso destinado à polícia ostensiva.

Gráfico 1. Comparação da execução orçamentária de Segurança Pública e Assistência Social pelo Governo do Ceará (2001-2020)



Elaboração: Cedeca Ceará

O expressivo investimento na área de segurança pública no estado do Ceará nos últimos anos não refletiu na redução da violência e prevenção de homicídios. Ao contrário, o cenário apresenta maiores vulnerabilidades no âmbito da segurança e altos índices de homicídios, sobretudo de adolescentes e jovens, intensificando-se ainda mais no contexto de pandemia do novo coronavírus.

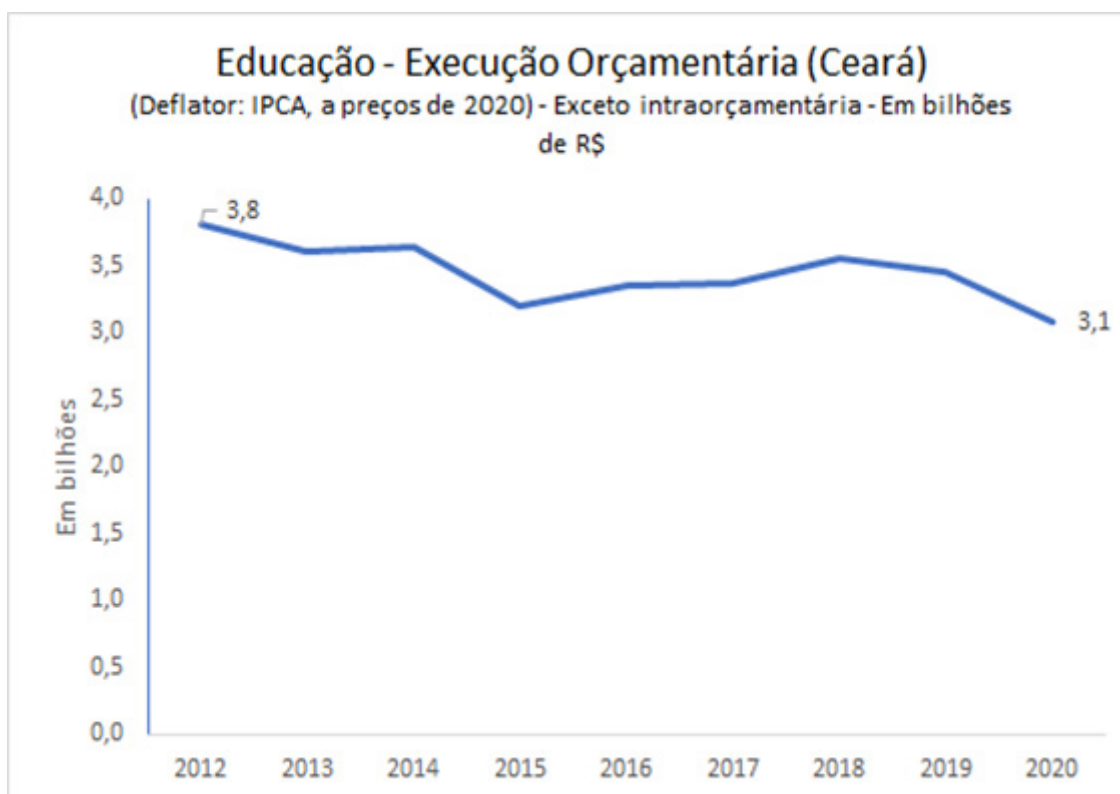
Para além das políticas específicas destinadas ao enfrentamento da violência no estado, cabe destacar o investimento realizado na educação, tendo em vista que o abandono escolar é uma das evidências do aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. O gráfico a seguir apresenta a série histórica de investimento na educação.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

Gráfico 2. Investimento na Função Educação no Ceará (2012 a 2020)



Elaboração: Cedeca Ceará

Observa-se que o gasto com educação teve uma redução de 18,9%, passando de R\$ 3,8 bilhões em 2012 para R\$ 3,1 bilhões em 2020. Ressalta-se que em 2020 e continuamente em 2021, em decorrência da pandemia de Covid-19, a comunidade escolar tem passado por diversos desafios pela falta do ambiente escolar para crianças e adolescentes e pela necessidade de adoção do modelo remoto, que tem exigido o maior empenho por parte do poder público para garantir o direito à educação.

Aumento de investimento municipal em segurança pública é quase 7 vezes maior que na assistência social

Com 446 vítimas de homicídio só no primeiro semestre, Fortaleza segue a mesma dinâmica

do fenômeno da violência letal do estado. Meninos e meninas representam 17,94% do total (80 casos). Observou-se redução de 38,06% nos casos de homicídios na população geral e 41,61% em relação a vítimas adolescentes, comparando-se ao mesmo período de 2020.

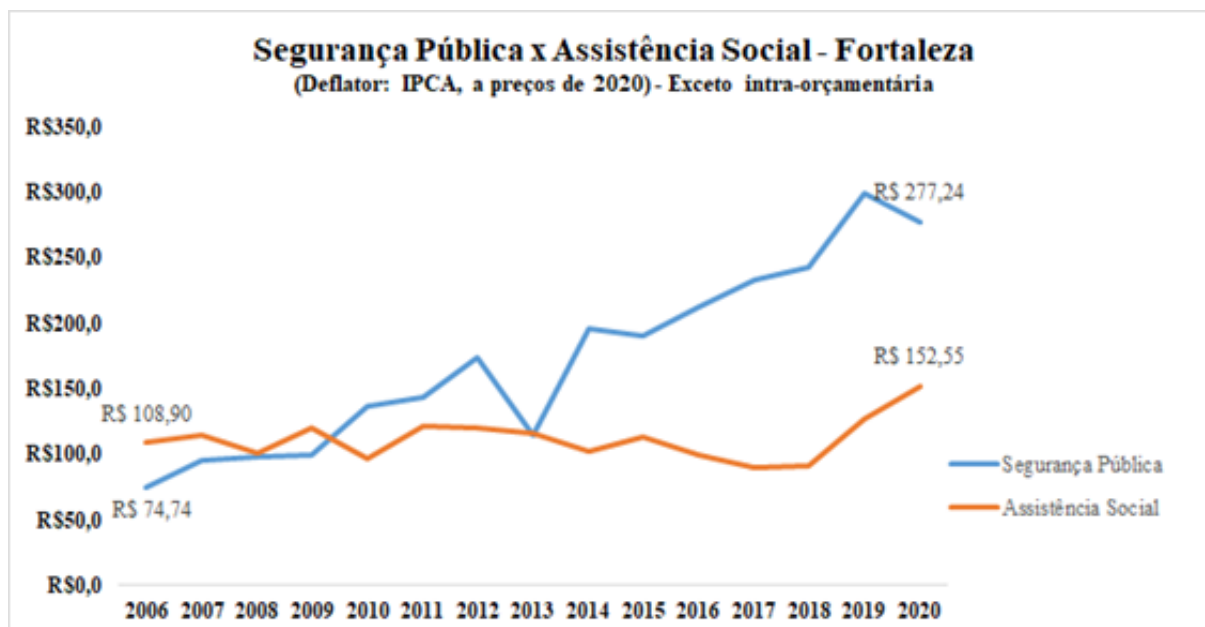
Refletida nos dados acima, a dinâmica de investimento na capital cearense também segue o ritmo da estadual. Ao analisar a evolução dos investimentos em segurança pública e assistência social, observa-se um investimento expressivo na área da segurança pública, superior ao apresentado na área de assistência social.

Em 2006, o gasto em assistência social era 31,4% superior ao gasto com segurança. No entanto, o gráfico a seguir apresenta o aumento dos investimentos em segurança pública em detrimento da assistência social. Em 2020, o gasto

em segurança pública é 1,8 vezes maior do que com assistência. Na série histórica, de 2006 a 2020, os investimentos em segurança pública cresceram 271%, enquanto os gastos em assis-

tência social tiveram um aumento menos expressivo no período assinalado, em 40%.

Gráfico 3. Comparativo dos investimentos em Segurança Pública e Assistência Social no Município de Fortaleza (2006-2020)



Fonte: Portal da Transparência de Fortaleza / Elaboração CEDECA Ceará

Ressalta-se que os baixos investimentos em assistência social, ao longo do período citado, contribuíram para a deterioração dos equipamentos sociais e apresenta um frágil preparo para prevenção de situações de vulnerabilidade e risco sociais. Praticamente, não houve execução orçamentária ao longo dos últimos três anos e meio em as ações de implantação de equipamentos de proteção social básica e de equipamentos de média complexidade, o que compreende os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), respectivamente. Na assistência, o que se observou de aumento do orçamento em 2020 foi na concessão de benefícios eventuais, o que pode ser explicado a partir do contexto de pandemia de Covid-19.

Até junho de 2021, ações importantes da proteção social básica e da proteção social de média

complexidade continuam com baixas execuções orçamentárias, a exemplo da ação de “Desenvolvimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos” que, até o mês de junho, teve executados apenas 4,9% do orçamento previsto. Mais grave ainda: a ação de “Desenvolvimento de ações estratégicas do PETI”, destinada a famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, não teve execução orçamentária até o mês de junho.

A Gestão Municipal tem se pronunciado justificando que houve diminuição de recursos nos repasses realizados pelo Governo Federal. No entanto, ao analisar os Relatórios anuais do Balanço Geral do orçamento de Fortaleza, é possível verificar que há a entrada de R\$ 40,9 milhões advindos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o município de Fortaleza em 2020.



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

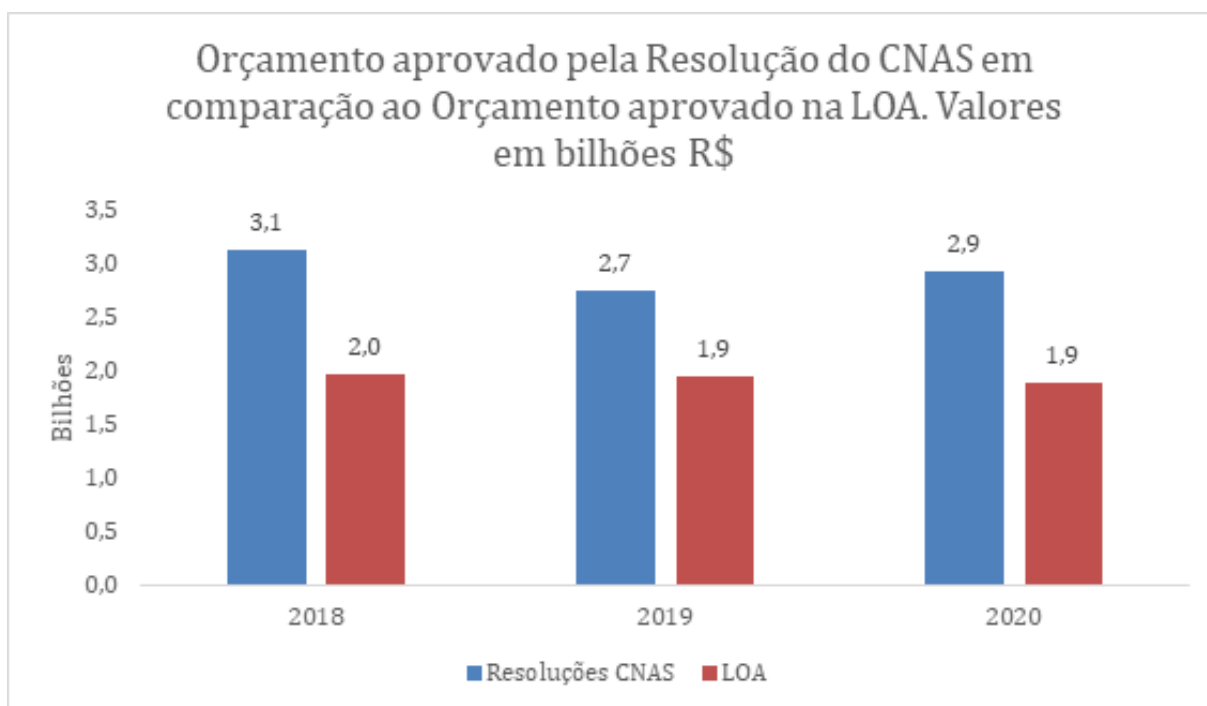
Recursos para AS são reduzidos à mais da metade pelo Governo Federal

Ainda que, em decorrência da pandemia, houvesse aumento de repasses aos municípios para as medidas de emergência na assistência social, os recursos do FNAS foram reduzidos drasticamente a nível nacional. O orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) não tem sido contemplado de maneira integral na Lei Orçamentária Anual (LOA) dos últimos anos. Como se pode ver no Gráfico 4, em 2018, esse déficit foi de 37,52%, em 2019 de 29,16% e em 2020, de 35,47%. As reduções orçamentárias dos últimos anos afetam diretamente os valores repassados para a manutenção da gestão e execução dos serviços, programas e projetos cofinanciados pela União e transferidos aos estados e municípios. Importante salientar que o orçamento aprova-

do pelo CNAS representa os recursos mínimos necessários para a manutenção dos serviços e benefícios socioassistenciais, sem considerar sua expansão.

“O Suas - Sistema Único de Assistência Social é uma conquista dos que defendemos o direito fundamental a uma rede de proteção social estruturada, territorializada, capaz de prevenir agravos e riscos e de reparar violações existentes por meio da promoção de direitos. O Suas é necessariamente cofinanciado pelos três níveis da Federação (União, Estados e Municípios). O atual Governo Federal dá demonstrações inequívocas que desejam fragilizar o SUAS. A redução dos repasses federais é um forte ataque ao sistema. Além disso, o Governo avança na precarização por meio de propostas de robotização do CadÚnico e maior precarização dos trabalhadores do Suas”, complementa Renato Roseno, presidente do Comitê de Prevenção e Combate à Violência.

Gráfico 4:



Fonte: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Em 2021, o cenário ainda é mais preocupante: o orçamento previsto pelo Governo Federal para a Assistência Social apresentou uma redução de 59% em relação a proposta orçamentária aprovada pelo CNAS. No contexto da pandemia, qualquer corte no investimento para Assistência Social poderá produzir impactos diretamente na ampliação da desigualdade social e no empobrecimento da população.

Programa Cada Vida Importa segue sem execução orçamentária desde sua criação

No que diz respeito às ações específicas destinadas ao enfrentamento dos homicídios de crianças e adolescentes no município, há previsão orçamentária

municipal para o Programa Cada Vida Importa. No entanto, o programa apresentou 0% de execução orçamentária em todas as ações desde o ano de implementação, em 2018. O programa, sucateado antes mesmo da sua implementação, apresenta um cenário ainda pior nos orçamentos de 2020 e 2021. Além de uma redução substancial nas previsões orçamentárias em todos os anos, houve a retirada de duas das cinco ações propostas no programa nos anos supracitados: a “Implantação de Centro de Atendimento para Adolescentes” e a “Realização de Atendimento Psicossocial aos Familiares Vítimas de Violência por Homicídio”. A tabela a seguir apresenta as ações ainda previstas no programa e o orçamento não executado até o mês de junho.

Tabela 2: Previsão e Execução Orçamentárias do Programa Municipal Cada Vida Importa, do Município de Fortaleza (2021)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA CADA VIDA IMPORTA - 2021 (até 30/06)						
AÇÃO	SALDO INICIAL	SALDO ATUALIZADO	Varição R\$	Variação %	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (\$)
1002 - REALIZAÇÃO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA DESENVOLVER AÇÕES DE REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES	R\$ 401.000,00	R\$ 291.000,00	R\$ 110.000,00	27,43%	R\$ 0,00	0%
1007 - IMPLANTAÇÃO DA CASA ABRIGO DESTINADA À ADOLESCENTES AMEAÇADOS	R\$ 413.000,00	R\$ 7.000,00	-R\$ 406.000,00	-98,31%	R\$ 0,00	0%
2009 - DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO COMUNITÁRIO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM PARCERIA COM A SOCIEDADE CIVIL	R\$ 272.000,00	R\$ 34.000,00	-R\$ 238.000,00	-87,50%	R\$ 0,00	0%
TOTAL DO PROGRAMA	R\$ 1.086.000,00	R\$ 332.000,00	R\$ 754.000,00	69,43%	R\$ 0,00	0%

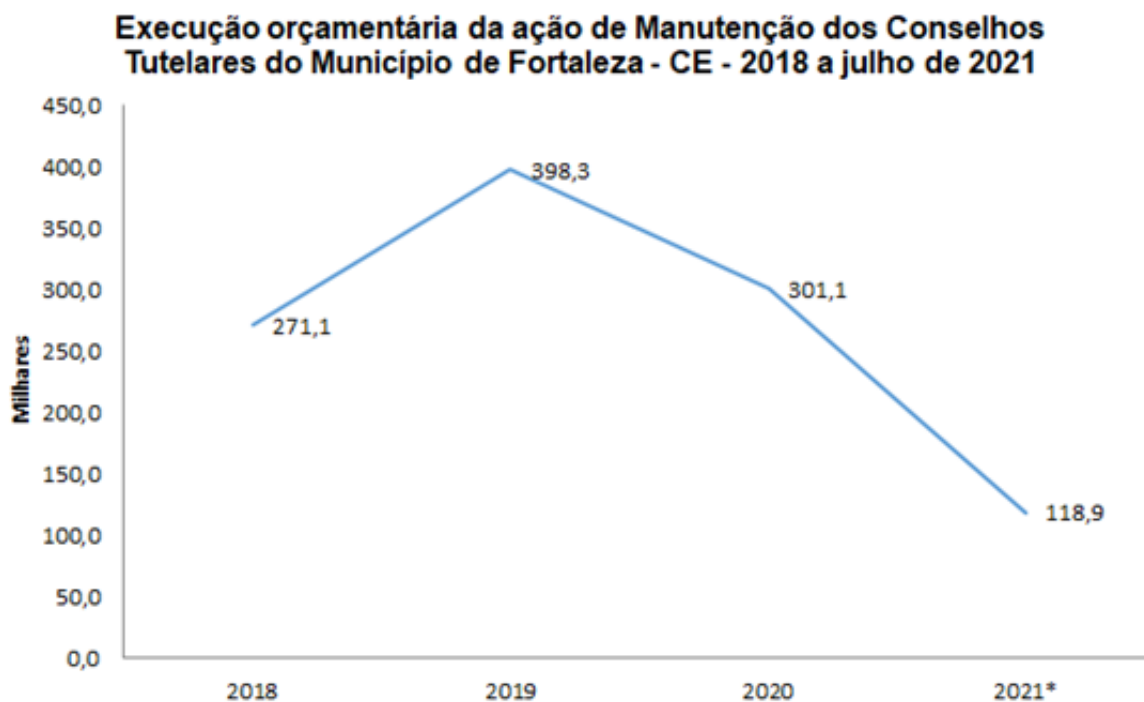


Conselhos Tutelares fragilizados

Importantes órgãos para o recebimento de denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes do município, além de ser também porta de entrada para o PPCAAM, os Conselhos Tutelares tiveram oscilações na execução

orçamentária da ação de “manutenção dos Conselhos Tutelares”, no período de 2018 a junho de 2021. Em 2020, ano do início da pandemia de Covid-19, houve uma redução de 24% em comparação com o recurso gasto em 2019. Em 2021, houve um aumento na previsão orçamentária de 68% em relação a 2020, com R\$ 952

Gráfico 5:



Fonte: Portal da Transparência de Fortaleza. Elaboração CEDECA Ceará

Em relação à ação de “Implantação de Conselhos Tutelares”, foi planejada no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 a implantação de quatro conselhos ao longo dos quatro anos. No entanto, observa-se no quadro a seguir

que essa ação só teve uma pequena execução de 18,51% do recurso previsto em 2020, não havendo execução nos demais anos e nem implantação de novos Conselhos Tutelares durante esses últimos anos.

Execução Orçamentária da ação - 1517 IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES

Ano	Previsão Inicial	Previsão Atual	Execução (R\$)	Execução (%)
2018	1.640.000	1.200.000,00	0,00	0,00%
2019	676.000	134.100,00	0,00	0,00%
2020	2.537.000	2.282.000,00	422.322,00	18,51%
2021*	1.188.174	1.188.174,00	0	0

Elaboração: Cedeca Ceará *Execução orçamentária até o mês de junho de 2021.

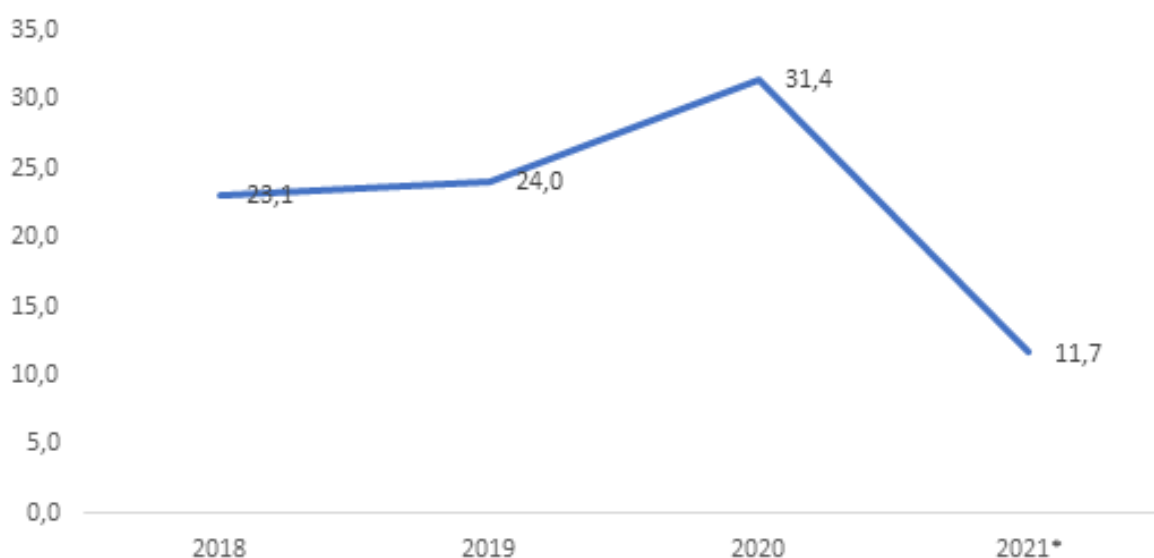
CUCAs avançam como política pública para juventude

Na avaliação da execução de outras políticas públicas importantes para a proteção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, destaca-se a ação de manutenção e gestão dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas). Analisando os últimos anos

que compreendem o PPA 2018-2021, essa ação tem apresentado uma boa execução orçamentária em relação ao recurso previsto nas leis orçamentárias. Em 2020, foi executado 83,5% do orçamento previsto, um valor de R\$ 31,4 milhões de reais. Para 2021, está previsto o valor de R\$ 31,2 milhões, no qual foi executado, até o mês de junho, 37,3%, como demonstra o gráfico 5.

Gráfico 6 :

Execução Orçamentária da Ação "Gestão e Manutenção dos CUCAS", Fortaleza - CE - 2018 a 2021 - Em Milhões R\$



Fonte: Portal da Transparência de Fortaleza. Elaboração CEDECA Ceará
*Execução orçamentária até o mês de junho de 2021.

Analisando os dados de execução orçamentária da ação Gestão e Manutenção dos Cucas de 2018 a 2021, é possível observar que existe um aumento crescente no volume de execução ao longo dos anos. Verifica-se um aumento de 58% em comparação ao valor investido em 2018 e em 2020.

No que diz respeito à ação de ampliação dos equipamentos da rede, intitulada “Construção de equipamentos públicos – Cuca”, considerando o período a partir de 2018, houve previsão e execução do orçamento a partir de

2019. Em 2021, com a previsão orçamentária de 29,5 milhões até junho, houve a execução de 52,5%.

Um horizonte de oportunidades e esperança para adolescentes no Ceará

Plano de ação do Cempha

Um passo muito importante para implementação de políticas de proteção para adoles-



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Comitê de Prevenção e Combate à Violência

centes foi dado em Fortaleza no primeiro semestre de 2021. A Prefeitura instituiu a atuação permanente do Comitê Executivo Municipal Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (Cempha), pelo decreto nº 15.015. O Cempha já traçou um plano de ações construído coletivamente entre diversas entidades e atores sociais da área.

Mortes são evitáveis se gestores públicos e sociedade se unem pela garantia e acesso a direitos, algo que o Comitê de Prevenção e Combate à Violência defende e incide politicamente desde sua criação na Assembleia Legislativa do Ceará, há cinco anos. “Construímos 12 campos de recomendações com a primeira pesquisa, lançada em 2016, e muitas delas trazem o gestor municipal como liderança importante na prevenção de homicídios. Agora, de forma permanente, a atuação do comitê municipal permite pensar ainda mais ações a curto, médio e longo prazos, com previsões orçamentárias que sejam executadas e acompanhadas”, pontua Thiago de Holanda, coordenador técnico do Comitê de Prevenção e Combate à Violência.

Além do primeiro relatório de pesquisa, o Comitê dispõe de outro documento importante, basilar para as ações a nível municipal e estadual, que é a pesquisa “Meninas no Ceará: A trajetória de vida e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio” lançada no final de 2020. Na abordagem sobre a vida de meninas assassinadas em 2018, foram construídas outras recomendações de prevenção, com nove eixos focados na interseccionalidade de gênero, raça e classe, na busca de superar as consequências do machismo e racismo estrutural.

Como fruto da incidência do Comitê de Prevenção e Combate à Violência e sociedade civil organizada, o Cempha foi criado em 2017, com vigência até o ano 2020, pela então gestão do prefeito Roberto Cláudio, com a intenção de analisar mais detalhadamente as causas dos altos índices de homicídio em Fortaleza. De acordo com o atual prefeito, José Sarto, que acompanhou o trabalho do comitê estadual na Assembleia Legislativa, de onde foi

presidente entre 2018 e 2020, o Cempha vai continuar atuando para organizar um sistema de investigação social, a fim de produzir dados e indicadores que vão embasar políticas públicas na cidade, entre outras atribuições.

“Acompanhamos inclusive a criação de um plano de ação do comitê executivo, tendo como base nossas recomendações, reconhecendo a importância e o esforço interinstitucional do comitê estadual”, complementa Thiago de Holanda. O comitê municipal é intersetorial, composto por Conselho Executivo, Conselho Participativo, Conselho Consultivo e Equipe Técnica, vinculado ao Gabinete do Prefeito, e irá acompanhar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência. Os trabalhos também serão baseados no Plano Fortaleza 2040, para conhecimento das vulnerabilidades e necessidades da população.

Os indicadores produzidos deverão ser comparáveis às estáticas de níveis nacional, regional ou local, com a finalidade de examinar e identificar tanto os subgrupos de população de maior risco como realizar um levantamento socioespacial dos territórios mais vulneráveis.

Também devem ser identificados projetos, produção acadêmica ou práticas de gestão que possam ser utilizados para subsidiar o comitê municipal na elaboração e coordenação das ações de prevenção de homicídios na adolescência em Fortaleza.

Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Fortaleza

O Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Fortaleza foi elaborado no I Seminário Municipal sobre Letalidade na Adolescência, que contou com participação direta de 159 pessoas, entre representantes de organizações públicas e da sociedade civil e política de Fortaleza e do estado do Ceará. A iniciativa é fruto de uma

metodologia participativa, comunitária e colaborativa, ancorada pelo projeto Adolescência Pede Paz, iniciativa selecionada mediante processo de seleção pública, por meio do edital 01/20181, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comdica e executado pela organização da sociedade civil Espaço Geração Cidadã de Arte e Cultura (EGCAC) com a parceria de mais 19 organizações.

Plano prevê sua execução num prazo de cinco anos a contar a partir da data de sua aprovação, tempo estimado como possível para ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços, ações e mobilizar operadores do SGD – Sistema de Garantias de Direito da Infância e Adolescência – para a efetivação dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial o direito à vida e a consequente redução dos índices de homicídios na adolescência na cidade de Fortaleza.

Criação do PReVio

O Programa Integrado de Prevenção e Redução de Violências - PReVio, é uma expansão do Pacto por um Ceará Pacífico e é coordenado pela Vice-Governadoria do Ceará. Tem como objetivo geral qualificar a atuação governamental na realização de projetos na perspectiva de redução de vulnerabilidades e de violências para públicos específicos: crianças, jovens, adolescentes gestantes, egressos do sistema socioeducativo, população LGBT e mulheres em situação de violência.

O PReVio possui três pilares principais de ação: um direcionado à prevenção social da violência, outro para modernização policial, e um terceiro para a prevenção da reincidência infracional em adolescentes. Por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conseguiu aprovação de crédito de US\$

52,1 milhões (mais de R\$ 290 milhões) para executar as ações, que equivale a 80% da fonte de recursos para execução do programa, os 20% restantes serão do tesouro estadual.

Sua estruturação tem como fonte de dados e de estratégias de ação o trabalho de monitoramento e produção de conhecimento do Comitê de Prevenção e Combate à Violência, da Assembleia Legislativa, que há cinco anos trabalha pela prevenção de homicídios na adolescência no Ceará.

“Estamos com a expectativa que no 2º semestre já consigamos iniciar algumas ações e processos de licitação, criando as condições para que em 2022 os programas possam ganhar amplitude. Já estamos com algumas ações em execução, como o projeto “Virando o Jogo”, que atende 1.635 jovens de Fortaleza em cinco grandes áreas. Nosso propósito é ampliar as ações desse projeto no 2º semestre. Dentro desse escopo, existe o propósito de fortalecer o projeto “Nenhum aluno fora da Escola”, para trazer os jovens que se evadiram nesse momento difícil de pandemia e que se distanciaram do ambiente escolar, que é um espaço privilegiado de prevenção”, complementa Carla da Escóssia, coordenadora do programa.

Acompanhar para fortalecer

Diante de todo o cenário apresentado aqui, ainda que não dada a dimensão total da situação de vulnerabilidade de meninas e meninos no Ceará, temos iniciativas e indicativos de que é possível fortalecer as redes de proteção existentes e reverter esse quadro. Para isso, é preciso que a execução orçamentária seja tomada como uma urgência pelas gestões municipal e estadual. Estamos aqui para acompanhar, colaborar e cobrar mais investimento, mais atenção e prioridade na implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes no estado.





**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**


Comitê de Prevenção e Combate à Violência

Av. Pontes Vieira, n. 2.300, 3º andar, sala 318 (Anexo III da AL
Edifício Deputado Francisco das Chagas Albuquerque)

 (85) 3277.2789

 comite.ccpha@al.ce.gov.br

 cadavidaimportaoficial

 @cadavidaimportaoficial